

A GEOGRAFIA POLÍTICA BRASILEIRA EM DIÁLOGO: PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI ¹

THE BRAZILIAN POLITICAL GEOGRAPHY IN DIALOGUE: 21ST CENTURY PERSPECTIVES

 Adriana Dorfman ^A

 Lício Caetano do Rego Monteiro ^B

^A Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^B Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Recebido em: 16/06/2025 | 01/07/2025 DOI: 10.12957/tamoios.2025.92343

Correspondência para: Adriana Dorfman (adriana.dorfman@ufrgs.br)

Resumo

Os desafios da Geografia Política brasileira no século XXI estão relacionados aos seguintes tópicos: 1) a uma releitura da história do pensamento em Geografia Política no Brasil, considerando seu entrelaçamento com a geopolítica ao longo do século XX e o que resta deles no século XXI; 2) ao necessário diálogo (mais do que a ultrapassada ideia de transposição) entre a produção acadêmica e a geografia escolar, considerando as geografias imaginativas e estereótipos da política global difundidos no âmbito escolar; 3) às trocas intradisciplinares, ao considerarmos as relações com outras subáreas dentro da Geografia, como as Geografias Urbana, Agrária, Ambiental, Econômica e Cultural; 4) às trocas interdisciplinares, principalmente com a Ciência Política, as Relações Internacionais, os Estudos Estratégicos e a História Contemporânea; 5) à geopolítica do conhecimento que preside os contextos nacionais e linguísticos, traduzido na forma em que a Geografia Política brasileira assimila, dialoga e ignora as geografias políticas francófonas, a geopolítica crítica anglófona e as emergentes geopolíticas decoloniais latino-americanas; 6) ao "giro territorial" desde os anos 1990 e aos diferentes usos e abusos do conceito de território, suas variantes e interfaces em diferentes áreas de conhecimento e de prática social; 7) à vinculação da Geografia Política com o estado, a gestão do território e as políticas públicas, e as interferências mútuas na concepção das categorias de análise e de prática; 8) aos horizontes regional e global dos estudos em Geografia Política e geopolítica no Brasil em face das idas e vindas da inserção internacional do Brasil; 9) à incorporação de temas relevantes para o entendimento do território e sociedade brasileiros e, finalmente; 10) ao reconhecimento de atores para além do estado e de espaços de produção de conhecimento político para além da academia, que desafiam e nutrem a produção científica na Geografia Política.

Palavras-chave: Território – Geografia Política – Brasil – Geopolítica – Produção do conhecimento

Abstract

Abstract The challenges faced by Brazilian political geography in the twentyfirst century are (1) a reconsideration of its history, in view of its relationship with geopolitics; (2) the necessary dialogue (overcoming the idea of transposition) between academic and school geography, reflecting upon imagined geographies and stereotypes of global politics disseminated in school; (3) intradisciplinary exchanges with sub-categories of geography (such as urban, agrarian, environmental, economic and cultural geographies); (4) interdisciplinary exchanges, especially with political sciences, international relations and history; (5) the geopolitics of knowledge, translated into the relationship between Brazilian and Francophone political geographies, Anglophone geography and emerging Latin American decolonial geopolitics; (6) the 1990s "territorial turn" and the uses and abuses of the concept of territory in different areas of knowledge and social practice; (7) connections with the state, management of territory and public policies and the mutual interference in categories of analysis and in practices; (8) regional and global horizons of Brazilian political geography and geopolitics in the face of Brazil's international standing; (9) the incorporation of Brazilian territory and societal issues and finally, (10) the acknowledgement of actors beyond the state and of spaces beyond academia that produce political knowledge, which challenge and nourish scientific production in political geography.

Keywords: Territory · Political geography · Brazil · Geopolitics · Knowledge production



GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NO BRASIL: TRADIÇÕES E MUDANÇAS

A primeira questão colocada sobre a Geografia Política brasileira é sobre seu entrelaçamento e sua diferença com a Geopolítica que se produziu no Brasil. No país, os estudos de Geopolítica surgem ainda nas décadas de 1920 e 1930, com Everardo Backheuser (1926) e Mário Travassos (1935). Apesar do pioneirismo de Backheuser, alguns autores destacam Travassos como precursor da Geopolítica no Brasil, dada a maior influência de seu trabalho (VLACH, 2003; COSTA; THÉRY, 2012). Nos anos 1940, o interesse pela Geopolítica se intensifica com publicações nos âmbitos militares, diplomáticos e acadêmicos, com o surgimento dos primeiros cursos de Geopolítica no Instituto Rio Branco, no Instituto Cultural Brasileiro, no Instituto de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e até mesmo com a criação de um Instituto Brasileiro de Geopolítica em 1949, que operou até 1961 (MIYAMOTO, 1981, p. 79-81).

O ano de 1949 marca também a criação da Escola Superior de Guerra, que passa a ser o principal centro de produção da Geopolítica brasileira nas décadas seguintes, representando a inclinação doutrinária conservadora do pensamento geopolítico brasileiro e sua associação aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional, quais sejam o combate ao comunismo, a integração nacional, o povoamento e defesa do território brasileiro. É nesse contexto de protagonismo militar na gestão do território em tempos ditatoriais que uma “escola geopolítica brasileira” foi formada, com expoentes como Golbery do Couto e Silva (1981, p. ex.), Carlos de Meira Mattos (1975, entre outros) e Therezinha de Castro (1982). Desde o alinhamento brasileiro no campo ocidental da Guerra Fria até a geopolítica da colonização interna do espaço amazônico, passando pela malha de transportes e a criação de colônias e regimentos militares nas fronteiras, muitas decisões e orientações têm passado pela imaginação geopolítica militar, com traços flagrantemente autoritários.

A tradição geopolítica conservadora tem sido contestada desde meados dos anos 1980. Com a redemocratização e a emergência de uma geopolítica não identificada com os militares, Bertha Becker, José William Vesentini e Wanderley Messias da Costa, entre outros, publicam textos, ministram cursos e passam a pautar a discussão sobre as relações entre política e espaço na Geografia (VESENTINI, 1986; BECKER, 1988; COSTA, 1991). A partir desse momento, diferentes currículos no Brasil incluem a Geografia Política, ainda batendo na tecla da separação entre esta e a Geopolítica.

As distinções mais comuns apontavam a Geopolítica como saber prático e aplicado da Geografia para objetivos políticos de determinados atores – o ator mais evidente seria justamente o estado – enquanto a Geografia Política seria uma abordagem científica das relações entre espaço e política, sem compromisso com qualquer aplicação imediata. Outra visão, bastante próxima dessa primeira, colocava o foco não na finalidade do conhecimento, mas na diferenciação entre um conteúdo ideológico associado à Geopolítica e um saber científico associado à Geografia Política. Havia ainda uma distinção comum ligando a Geopolítica à escala ampliada dos fenômenos políticos, principalmente na arena internacional, enquanto a Geografia Política poderia ser aplicada a qualquer escala de análise, criando uma



associação imediata entre política externa e Geopolítica versus política interna e Geografia Política.

Superadas as clivagens, consideramos que a distinção entre Geografia Política e Geopolítica não deve ser o eixo estruturador do debate sobre um campo de estudos ampliado que é coabitado por essas duas vertentes (e outras tantas), posição já debatida em diversos trabalhos (BECKER, 1988; COSTA, 1991; MIYAMOTO, 1995; VLACH, 2003; COSTA; THÉRY, 2012; KAROL, 2013; NOVAES, 2015; REGO-MONTEIRO, 2013; 2014; 2018).

GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

Outro desafio posto à Geografia Política se refere à geopolítica do conhecimento – considerada como correlação entre lugar de enunciação e pensamento, dentro de uma diferença colonial de produção do conhecimento (MIGNOLO, 2020). A geopolítica do conhecimento preside os contextos nacionais e linguísticos, e, no caso da Geografia Política brasileira, observamos o modo como está incorpora, ignora e/ou dialoga com a Geografia Política francófona, a Geopolítica crítica anglófona e as emergentes Geopolíticas descoloniais latino-americanas. Aqui nos afastamos da visão bastante difundida que classifica autores, obras e teorias em escolas nacionais, ainda presente em certas histórias da Geografia Política. Ainda que inicialmente condicionados pela ligação da Geopolítica/Geografia Política com o nacionalismo, reforçando os nexos entre contextos de produção, teorias e recepção, o presente está marcado pela consolidação de publicações e debates internacionalizados, ainda que marcados pela desigualdade na circulação de conhecimento. A ideia de escolas nacionais hoje pode ser redimensionada tomando em consideração elementos linguísticos, evidentemente destacando a repercussão ampliada da produção em inglês.

Em trabalho anterior, analisamos o desenvolvimento da produção envolvendo Geografia Política e Geopolítica em alemão, inglês, francês e espanhol ao longo do século XX (REGO-MONTEIRO, 2018). Constatamos que o interesse pela Geopolítica cresceu na Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, e no mundo anglófono nos anos 1940, sem qualquer apropriação do termo Geopolítica no mundo francófono até esse período. Nos países de língua espanhola, o interesse se inicia nos anos 1940 e não decresce como na Alemanha e nos Estados Unidos, só vindo a diminuir nos anos 1980. O mesmo acontece no Brasil, pela adoção da Geopolítica pelas escolas militares e em disciplinas ministradas em cursos universitários. Enquanto isso, a Geografia Política como disciplina acadêmica se consolidou em todos esses contextos.

A presença de estudos de Geografia Política brasileira mostra suaves variações ao longo do século XX, ascendendo na virada do século. O resgate da Geopolítica nos mundos anglófono (HEPPLE, 1986) e francófono (LACOSTE, 1976) nos anos 1970 e início dos anos 1980 não teve paralelo na Geografia brasileira. Esse descompasso pode ser atribuído à associação entre pensamento geopolítico e conservadorismo no Brasil. Apenas em meados dos anos 1980, os estudos do campo da Geografia Política e da Geopolítica se ampliaram, tendo por influência autores francófonos como Yves Lacoste (1976), Paul Claval (1979) e Claude Raffestin (1980). A circulação de suas principais obras foi garantida pela tradução ao português, e representa a continuidade de uma influência que remonta à institucionalização da



Geografia universitária no Brasil, quando geógrafos franceses tiveram uma importância seminal. O livro de Lacoste chegou a circular em versões piratas desde o final dos anos 1970; e até hoje a academia brasileira aparece como sendo uma das que mais fortemente incorporou as ideias de Claude Raffestin (AMILHAT-SZARY, 2019). Autores anglófonos da *critical geopolitics*, como John Agnew (1998, entre tantos), Ó Tuathail e Simon Dalby (1996; 1998, por exemplo) e não foram traduzidos para o português – salvo breves textos – e ainda hoje são pouco citados no nosso país.

A organização do campo da Geografia Política no Brasil se deu também com a publicação de importantes livros. Wanderley M. da Costa escreveu em 1991 o livro *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*, resultado de sua tese de doutorado, que veio a ser o livro-texto mais completo da área, com um importante balanço histórico sobre as diferentes escolas da Geopolítica e da Geografia Política na Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, culminando numa análise sobre as renovações das décadas de 1970 e 1980 e um aprofundamento nos temas estados, fronteiras, nações e nacionalismos.

Em 2005, Iná Elias de Castro publicou um livro-texto chamado *Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições*, mais atualizado, organizado em conceitos e temas. O livro discute o campo da Geografia Política, as relações entre território e conflito, o conceito de poder, a representação política, a vinculação entre estado e território no Brasil e o sistema internacional contemporâneo.

Contribuiu para a difusão de ambas as obras o fato de terem sido elaboradas nos principais centros de pesquisa, com os programas de pós-graduação em geografia mais antigos e mais bem avaliados do Brasil (Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente), publicadas por editoras de alcance nacional e relevância em livros de Geografia. A UFRJ e a USP foram também os principais centros de produção acadêmica na área da Geografia Política, desde os anos 1980.

Além dos livros-textos², diversas coletâneas de autores brasileiros compuseram um panorama da Geografia Política aqui produzida (CASTRO, RODRIGUES, RIBEIRO, 2013; SILVA, 2016; RÜCKERT et al., 2018; COSTA; VASCONCELOS, 2019; RODRIGUES; REGO MONTEIRO, 2020; SILVA; VIEIRA, 2023; AZEVEDO; NOGUEIRA, 2023). A discussão acadêmica também tem avançado através de periódicos publicados em português, como a *Revista de Geopolítica*, e de dossiês dedicados à Geografia Política em revistas como o volume 4, número 12 da *Revista Geonorte* (2013), a edição 31 da revista francesa *Espace Politique* (SILVA; THERY, 2017), o volume 63 da *Revista Brasileira de Geografia* (RODRIGUES; REGO MONTEIRO, 2018) e o volume 16, número 30 da *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia* (ANPEGE) (SILVA; DORFMAN, 2020). As coletâneas e dossiês, nessa última década, apontam para uma difusão da área nas universidades brasileiras de diversas regiões.

As trocas com a produção latino-americana no campo da Geografia Política seguem como um desafio, em parte encaminhadas pelos diálogos com colegas argentinos, mexicanos, colombianos, venezuelanos, entre outros, com quem compartilhamos contextos e conflitos. Para além da disciplina, na América Latina, os ambientes intelectual e político originaram o que se chamou de giro descolonial nas Ciências Humanas, ocorrido nos anos 2000. De início,



esse movimento teve pouca repercussão na Geografia Política, que permanecia referida no Norte global. Ao longo das décadas de 2000 e 2010 já é possível identificar publicações que, sem se auto identificarem como parte do campo da Geografia Política e da Geopolítica, começam a relacionar espaço, saber e poder numa perspectiva descolonial (CRUZ; OLIVEIRA, 2017).

A ideia de um saber situado e posicionado, presente no pensamento descolonial, é rapidamente incorporada pelos geógrafos brasileiros, pois já vinha sendo exercitada através das teorias e metodologias que se apoiam na multiescalaridade do território e na geografia crítica. Uma síntese dos “giros” de(s)colonial e (multi)territorial está em Haesbaert (2021), incluindo a definição do corpo como escala política. Por outro lado, as metodologias descoloniais nem sempre são aprofundadas, e certos conceitos como “geopolítica do conhecimento”, “pensamento de fronteira” e “epistemicídio”, caros ao pensamento descolonial, ainda não foram desenvolvidos numa chave geopolítica pelos geógrafos brasileiros.

A GEOGRAFIA POLÍTICA E SEUS DIÁLOGOS DISCIPLINARES

Explorando a relação da Geografia Política com outras disciplinas, parte-se da constatação de que, apesar de a Geografia Política ser um campo muito restrito à Geografia, a Geopolítica está presente em diversos outros campos de estudo, o que é uma oportunidade para a interação entre disciplinas. É o que ocorre com a Ciência Política, as Relações Internacionais, os Estudos Estratégicos, de Segurança e de Defesa.

A Ciência Política divide com a Geografia a própria paternidade da Geopolítica, uma vez que o termo surge com o politólogo Rudolf Kjellén, recebendo a contribuição de geógrafos como Ratzel e Mackinder (sem utilizarem o termo) para o delineamento da Geopolítica Clássica.

A Geopolítica aparece na Ciência Política quando trata das relações internas ao território estatal, até o momento em que as Relações Internacionais (RI) se delineiam como um campo de estudos próprio. Essa divisão entre os domínios da soberania interna e externa acaba se tornando um pressuposto básico da diferenciação entre as duas áreas. Segundo R. B. J. Walker, essa concepção da espacialidade (dualidade interno/externo, reificada nas fronteiras do território estatal) limitou a compreensão do sistema internacional pelas RI ao longo do século XX, dificultando interpretações da política mundial para além dos marcos espaciais definidos pela imaginação política moderna (estatal) (WALKER, 1993). Seria mais apropriado considerar que o problema se encontra na maneira como essas teorias concebem a dimensão espacial da política, incorrendo no que Agnew e Corbridge designaram como “armadilha territorial”, ao identificarem três pressupostos geográficos limitantes nessa concepção sobre o espaço: 1) os territórios do estado são reificados como unidades fixas e soberanas; 2) a polaridade doméstico/externo obscurece processos que operam em diferentes escalas e 3) o território estatal aparece como anterior à sociedade, definidor de suas fronteiras (étnicas, nacionais) (1995, p. 84).

A expressão “armadilha territorial” é a mais difundida contribuição da geopolítica crítica anglófona aos debates no Brasil. Com ela, os geógrafos John Agnew e Stuart Corbridge apontam que grande parte da literatura de RI assume implicitamente que o estado é uma



entidade territorial fixa, que não varia com o tempo nem é condicionada por seu lugar dentro da ordem geopolítica global (op. cit.). Essa expressão se confunde com a ideia de “nacionalismo metodológico”, definida pelo sociólogo Herminio Martins como “national predefinitions of social realities”, característica das análises sociológicas em que a comunidade nacional aparece como a unidade a demarcar os fenômenos e problemas sociais (1974, p. 276).

Outra discussão bastante relevante e que tem origens tanto na teoria pós-colonial quanto na Geografia anglo-saxã se preocupa com as representações sociais. Por um lado, a referência é o orientalismo, conceito proposto por Edward Said, que propõe também uma geografia imaginativa (1978), explicitando os discursos que tomam como referência o espaço e que produzem identidades geopolíticas hierarquizadas de “si” e do “outro”. Uma ideia análoga circula através da Geografia anglo-saxã com a denominação de “imaginação geográfica”, novamente enfatizando aspectos políticos da representação de territórios e de seus habitantes (MASSEY, 2008). Ora, a preocupação com as representações geopolíticas de si e do outro constitui a marca da Geopolítica crítica de língua inglesa, ao examinar as imagens circulando na mídia, nas instituições políticas e na academia (Ó TUATHAIL, 1996), explicitada na expressão “imaginação geopolítica moderna” (ancorada na escala do estado, masculinista e realista) proposta por John Agnew (1998). Análises que problematizam as representações sociais, a geografia imaginativa e a imaginação geográfica são bastante frequentes na Geografia Política brasileira e a ausência de referências à Geopolítica crítica provavelmente se deva à existência de traduções de Said e de Massey (não identificados como teóricos da Geografia Política) e à já citada ausência de traduções dos geopolíticos críticos.

Assim, a crítica à reificação do estado e da nação como escala primordial dos processos territorializados aproxima a Geografia Política à Ciências Políticas e à Sociologia, e abre espaço para os diálogos com a Antropologia, num movimento que busca desfazer a instrumentalização dessas ciências pelo projeto moderno, colonial e estadocêntrico.

A GESTÃO DO ESTADO E A GEOGRAFIA POLÍTICA

A vinculação da Geografia Política com o estado aparece na gestão do território e nas políticas públicas territoriais brasileiras, quando geógrafos são convocados a elaborar estudos e análises para subsidiar a ação estatal. No Brasil, a profissão de geógrafo é reconhecida e é recorrente sua participação em programas estatais, como zoneamentos, ordenamentos territoriais, planos de manejo ou planos diretores de cidades. Apesar do risco de uma instrumentalização da academia para legitimar políticas que nem sempre são acompanhadas por um controle social efetivo, o intercâmbio entre os usos práticos dos conceitos e metodologias e seus usos analítico costuma gerar bons *insights*.

Podemos citar aqui alguns exemplos como o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (MIN/RETIS, 2004) e a Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (2013-2014) (BRASIL, 2016), como projetos de abrangência nacional. O PDFF foi elaborado a partir de subsídios metodológicos e conceituais desenvolvidos no âmbito do Grupo Retis de Pesquisa (UFRJ), coordenado por Lia Osorio Machado, que antes havia publicado um Atlas



da Fronteira Continental do Brasil (2001). A experiência adquirida no âmbito da pesquisa foi então apropriada para instrumentalizar as políticas públicas na Faixa de Fronteira. Os conceitos utilizados nesse estudo (cidades gêmeas, arcos, zonas de fronteira e sub-regiões) entraram no vernáculo da política e dos estudos sobre as fronteiras brasileiras, e os mapas produzidos alcançaram grande repercussão e circulação.

Já a Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras foi coordenada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), com a participação também do Grupo Retis. A pesquisa foi contratada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e os geógrafos que dela participaram foram convocados a realizar um diagnóstico socioeconômico e demográfico que permitiu embasar as políticas de segurança nas fronteiras. Como resultado dessa pesquisa, os estudos sobre violência e segurança ganharam impulso na produção em Geografia Política no Brasil. Nesse caso, a via de mão dupla na interação entre poder público e academia se origina nas demandas da governança e frutifica na academia, em busca de instrumentos para analisar as questões de segurança pública e “violência urbana” frequentemente representadas como disputas territorializadas e que marcam a sociedade brasileira contemporânea.

DIÁLOGOS INTRADISCIPLINARES

O estudo das territorialidades e a crítica às políticas estatais brasileiras mobilizam, há décadas, áreas da Geografia que não se identificam com a Geografia Política. Análises sobre polaridades e segregação urbanas; sobre redes de transporte e de serviços; a respeito de fronteiras, frentes e projetos de povoamento; da economia e seus regimes legais; dos conflitos pela terra; da valorização, exploração e conservação de recursos da natureza em regiões como a Amazônia e o oeste brasileiro; entre outros temas e problemas, são realizadas por diferentes áreas da Geografia, tais como a Geografia Urbana, Agrária, Econômica, Cultural e a Geografia Ambiental. Mais uma vez, o conceito de “território” permite identificar as pontes que integram essas áreas, numa polinização cruzada que pode gerar ainda muitos frutos. A politização dos conceitos de “lugar”, “ambiente” (SOUZA, 2020) e “paisagem” representa o influxo em direção à Geografia Política.

Um importante espaço de interação no âmbito da Geografia é o Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (CONGEO), que já teve três edições desde 2014 e é o maior evento desse campo de estudos no Brasil, reunindo cerca de 600 pesquisadores em sua última edição. Os diferentes eixos do congresso apontam os temas centrais e as interfaces com diferentes áreas da Geografia: 1) Geografia Política e Geopolítica: dos enfoques clássicos às renovações contemporâneas; 2) (Geo)políticas do meio ambiente, dos recursos e sustentabilidades; 3) Localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismos; 4) Fronteiras: um constante desafio territorial; 5) As escalas de gestão das políticas públicas territoriais; 6) Integração regional e novos espaços da cooperação e do conflito internacional; 7) Território, política, cidadania e democracia; e 8) Geografia Política e ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas (RODRIGUES; REGO MONTEIRO, 2020).



A GEOGRAFIA ESCOLAR E A GEOGRAFIA POLÍTICA

Observamos nessa lista, além das relações intradisciplinares, outra relevante fonte de difusão da Geografia Política no Brasil, a geografia escolar. Questões políticas estão na história da escolarização no Brasil. Aqui, como em outros processos de construção da “consciência nacional”, uma das tarefas centrais da universalização da escola básica foi o fortalecimento dos projetos nacionais, com o nacionalismo enquadrando o desenho curricular de Línguas, de Literatura, de História e, também, de Geografia, sempre calcando as diferenças entre as comunidades nacionais (DORFMAN, FILIZOLA, FELIX, 2021). Ao incluir a Geografia entre as matérias obrigatórias no currículo do ensino fundamental, garantiu-se também a multiplicação de cursos nas universidades brasileiras, o que permitiu o aprofundamento das diferentes disciplinas em que se desdobra a Geografia – a Geopolítica do Brasil no período autoritário e Geografia Política, depois da democratização. Mas não se trata apenas do número de estudantes, professores e pesquisadores em Geografia. Muitos autores de livros e atlas didáticos também se dedicaram à Geografia Política, como é o caso de Carlos Delgado de Carvalho, Geraldo José Pauwels e, bem mais recentemente, José William Vesentini.

Atualmente, o ensino de Geografia tem dado atenção à imaginação geográfica, à geografia imaginativa e às representações sociais, ainda que, contraditoriamente, a maioria dos livros didáticos insista na distinção entre Geopolítica e Geografia Política, talvez por influência da obra de Yves Lacoste. O ponto de partida da obra desse autor é a distinção entre geografia dos professores e geografia dos Estados Maiores, afirmando que a primeira se encarrega de ocultar, propositalmente, a construção histórica do estado, bem como suas contradições, deixando à mostra apenas o caráter nacionalista e falsamente naturalizado da formação territorial dos estados nacionais (LACOSTE, 1976, p. 26).

No entanto, a Geografia escolar brasileira, desde a década de 1980, orienta-se fortemente pela geografia crítica. Desta forma, a pauta passa a ser “a interpretação e o questionamento dos fenômenos espaciais, partindo da premissa de que as relações entre sociedade, natureza e trabalho é que moldam o espaço” (FROEHLICH, 2021, p.29). Essa tendência é incorporada na Base Nacional Comum Curricular em vigor no Brasil, em que temas da Geografia Política desdobram-se na formação dos territórios e seus conflitos, nos delineamentos jurídicos e políticos que definem estados nacionais, na globalização e blocos econômicos, nas migrações e a questão dos refugiados, para citar alguns exemplos. Além disso, o ensino de Geografia na escola passa a ser visto como “um facilitador para que o aluno possa compreender as nuances do espaço geográfico (mundo) em todas as escalas, desde a local, até a global, para que este jovem possa ser um cidadão ativo” e engajado politicamente (idem, p. 30). Essa perspectiva de ensino posicionado leva à relação com as comunidades em que a escola está inserida, comunidades essas marcadas por conflitos que demandam explicações territoriais.



O TERRITÓRIO NOS DIÁLOGOS DA GEOGRAFIA POLÍTICA

Um elemento chave da aproximação da Geografia Política com outros campos é o giro territorial compartilhado pelas Ciências Sociais e Humanas, pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas. Territórios e territorialidades são termos chave para a Geografia Política. Embora não sejam exclusivos da subdisciplina, é notável que o uso cada vez mais recorrente de uma abordagem territorial dos fenômenos sociais venha acompanhado de uma valorização do campo da Geografia Política como fonte e referência para as Ciências Sociais. No caminho inverso, os usos do vocabulário territorial pelas Ciências Sociais fecundam debates no interior da Geografia Política.

Numa concepção tradicional, o território é um atributo do estado, com suas divisões político-administrativas bem delimitadas e marcadas de cima para baixo. Historicamente, os territórios têm sido considerados como objeto da conquista, das apropriações/expropriações (por agentes do estado ou privados), e como recurso de poder, pois viabilizam acesso a diversos outros recursos (terra, água, minérios, mão-de-obra etc.). Conceitualmente, o território foi também visto, por um lado, como um espaço contínuo, delimitado e material, um recorte espacial; por outro lado, foi naturalizado (e despoliticizado) como mero solo, natureza anterior ao poder político, cujos mitos atemporais reforçam o pertencimento a um dado grupo ou nação. Em todos esses sentidos, nessa concepção tradicional, é o território do estado que prevalece como o nível hierárquico superior e ordena as demais formas de territorialidade existentes na sociedade (SOUZA, 1995).

Diversas fontes de contestação contribuíram para a ressignificação do conceito de território. Aqui caberia destacar como os movimentos de luta pela terra na América Latina passaram a assumir o território como elemento chave em suas reivindicações políticas (PORTO-GONÇALVES, 2015). Essa virada territorial ocorreu ao se darem conta das limitações da luta pela terra que não fossem ao mesmo tempo uma luta pela preservação dos laços comunitários, das formas autônomas de organização política e de regulação do território, dos recursos e da vida social, além das maneiras próprias de uso e cuidado da natureza. Essa apropriação do território o insere não só como objeto a ser defendido, mas também como condição da própria luta. É o lócus da resistência e do conflito, algo que está dado e que precisa ser reconhecido em sua objetividade, mas é também estratégia de pertencimento e afirmação, intenção que se projeta, horizonte da luta, daí sua dimensão subjetiva e intersubjetiva.

É possível localizar nos anos 1990 esse “giro territorial”, que ocorreu em primeiro lugar no âmbito dos movimentos sociais na América Latina, que passam a incluir em suas demandas a luta pela vida, pela dignidade e pelo território (PORTO-GONÇALVES, 2015). A diversidade desses territórios não mais poderia tomar como modelo o território estatal, uma vez que justamente faz parte do poder do estado a inviabilização e a deslegitimação de outras formas de territorialidade política, que são ou subsumidas como unidades oficiais dos estados, ou descartadas e atacadas. Na linguagem dos movimentos e da intelectualidade a eles associada de diferentes formas, isso se expressa como territórios autônomos, alternativos, emergentes, dentre outras formulações mais específicas. Esses territórios assumem diferentes formas e nomes, como são os casos das terras tradicionalmente ocupadas (terras indígenas,



quilombos, seringais, faxinais, babaçuais, fundos de pasto, dentre outros) (ALMEIDA, 2004). Mas as lutas territoriais hoje não se dão apenas em territórios tradicionais, elas aparecem também em “territórios negros” (VIEIRA, 2021) e em movimentos de ocupações urbanas (CIGOLINI; LIMA, 2021), por exemplo.

Essa é uma forma de contar a história da passagem do território estatal (como unidade básica) para os múltiplos territórios. Paralelamente a essa ressignificação dos territórios a partir das lutas sociais, também na Geografia, e no pensamento social de uma forma mais ampla, os territórios começaram a ser encarados de uma forma diferente, levando em conta não somente seus aspectos materiais, mas também simbólicos; não só suas delimitações formais, mas também as multiterritorialidades e descontinuidades (no tempo e no espaço) (SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2002). Território passa a significar não só estado, mas principalmente, poder (RAFFESTIN, 1980), num sentido mais amplo e mais difuso: “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1996). O retorno ao território, como dizia Milton Santos (1994), foi uma das saídas para se contrapor ao discurso inelutável da globalização que atravessava e abarcava tudo. A ideia de que a sociedade estaria cada vez mais desterritorializada, num sentido absoluto, foi desmontada ao se identificar os processos de desterritorializações e reterritorializações promovidos pelos agentes do mercado global e pelos estados (HAESBAERT, 2002).

A virada territorial nos movimentos sociais e no pensamento social crítico teve também efeito na maneira como as próprias políticas públicas passaram a ser orientadas. Por isso, Rogério Haesbaert fala em um giro (multi)territorial na “América Latina”, reconhecendo pelo menos, duas grandes abordagens: uma mais “de cima para baixo”, a partir das inúmeras políticas estatais ditas territoriais e das amplas estratégias empresariais de exploração da terra (seja via “agronegócio”, seja via neoextrativismo de “recursos naturais”), e outra mais “de baixo para cima” nas formas de resistência – ou melhor, de r-existência –, que configuram lutas pelo território a partir da organização dos grupos subalternos (p. 60, 2021).

Também o planejamento regional foi reorientado, pois no passado tratava-se, geralmente, de um planejamento de cima para baixo e em escalas mais amplas. Nas palavras de Nunes e Fonseca, é possível, desde a implantação da Constituição Federal de 1988, identificar “arranjos político-territoriais ancorados nas premissas da participação, da descentralização e da cooperação” (2018, p. 301). Iniciativas como o orçamento participativo, os consórcios municipais e outras formas de definição de políticas territoriais baseadas na consulta e estabelecimento de diretrizes pelas comunidades diretamente envolvidas têm sido reivindicadas como estratégias capazes de compatibilizar planos originado em diferentes escalas de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia Política e a Geopolítica brasileiras, nos anos 1930 e 1940, andaram bem próximas, tendo assumido rumos diferentes no período de hegemonia do pensamento militar na Geopolítica, e foram mesmo explicitamente divergentes na década de 1980. Nas três últimas décadas podemos observar uma aproximação entre os dois campos e uma perda de



importância na demarcação, ensaiada nos anos 1980, que opunha Geografia Política e Geopolítica como disciplinas estritamente separadas. A Geopolítica brasileira surge de uma influência cruzada alemã e francesa nos anos 1930, e agrega uma influência americana após a II Guerra Mundial. Encerra o século XX com uma relativamente baixa influência da *geopolitics* anglófona contemporânea, uma remota e renegada presença da *Geopolitik* alemã em suas origens, uma afinidade fraternal duradoura com os franceses - do passado e do presente - e um ainda baixo, porém crescente, interesse pela produção em espanhol.

A maturidade dos estudos em Geografia Política no Brasil pode ser atestada por diversos fatos: as publicações na área, a consolidação de um congresso em nível nacional, a revisão crítica de sua própria história, a originalidade em relação a diferentes aportes estrangeiros, além de uma relação bem resolvida com a Geopolítica, que permite transitar em âmbitos mais além da Geografia e da academia.

A Geografia Política brasileira contemporânea possui uma expressão relevante no âmbito da América Latina, onde a Geopolítica geralmente está associada a outras disciplinas que não a Geografia. A despeito da política externa brasileira, que tem promovido um afastamento entre o Brasil e seus vizinhos regionais, com a ausência de políticas integracionistas, tem ocorrido uma aproximação entre a Geografia Política brasileira e a produção latino-americana, através dos estudos de(s)coloniais e de territórios outros para além do Estado.

A concepção corrente de território coloca em cena as escalas mais aproximadas, os controles sociais locais, os conhecimentos que advém da prática dos agentes sociais e as regras tácitas do convívio local, a ponto de criar-se um entendimento de que a ação nos lugares e a capilarização das estruturas de assistência pode ser expressa como “territorialização”. Em outras palavras, a concepção em circulação nas Ciências Humanas e nas organizações da sociedade aproxima o conceito de território às experiências locais, em que as comunidades têm participação destacada, mesmo que por vezes em diálogo com agentes estatais. A centralidade adquirida pelo território demanda da Geografia Política um amadurecimento, na medida em que seus instrumentos são convocados nas lutas e práticas territoriais em curso no Brasil.

NOTAS

1 - Uma primeira versão deste texto foi publicada em inglês em DORFMAN, Adriana; MONTEIRO, L. C. R. Dialogues on Brazilian Political Geography and Its Perspectives in the Twenty-First Century. In: LOIS GONZÁLEZ, Rubén C.; MITIDERO Jr., Marco Antonio. (Org.). *Brazilian Geography in Theory and in the Streets*. 1ed. Cingapura: Springer, 2022, v. 1, p. 131-144.

2 - Outros dois importantes livros-textos de autores estrangeiros no campo da Geografia Política foram publicados em português. O livro *Por uma Geografia do Poder*, do franco-suíço Claude Raffestin, é de 1980, mas foi publicado no Brasil em 1993. O livro *Geopolítica, Identidade e Globalização*, dos espanhóis Joan Nogué Font e Joan Vicente Rufí, foi publicado em 2006.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. *Mastering space: hegemony, territory and international political economy*. London: Routledge, 1995
- AGNEW, John. *Geopolitics: re-visioning the world politics*. New York: Routledge, 1998.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, 2004
- AMILHAT SZARY, Anne-Laure. Préface In: *Pour une géographie du pouvoir* [en ligne]. Lyon: ENS Éditions, 2019. Disponível em <http://books.openedition.org/enseditions/10361>
- BACKHEUSER, Everardo. *A Estrutura Política do Brasil. I - Notas prévias*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado & Cia., 1926
- BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, 50, número especial t. 2, 1988
- BRASIL: Ministério da Justiça. *Segurança Pública nas Fronteiras: Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico*. Brasília: MJ, SENASP, 2016.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005
- CASTRO, I.E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Org.) *Espaços da democracia. Para a agenda da geografia política contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- CASTRO, Therezinha de. *O Brasil no mundo atual: posicionamento e diretrizes*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982.
- CIGOLINI, Adilar Antonio; LIMA, Nathan Rodrigues de. Organizações populares em Curitiba: Sujeitos e conflitos, organização e luta. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 16, n. 30, p. 229-251, jan. 2021.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008 [1991]
- COSTA, Wanderley Messias da; THÉRY, Hervé. Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil : de la géographie militaire à une pensée straté-gique nationale. *Hérodote* 2012/3, n° 146-147
- COSTA, Wanderley M.; VASCONCELOS, Daniel B. (Org.) *Geografia e geopolítica da América do Sul: integrações e conflitos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Em: COUTO E SILVA, G. *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1981
- CRUZ, Valter C.; OLIVEIRA, Denílson (Orgs.). *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017
- DORFMAN, Adriana; FILIZOLA, Roberto; FELIX, Julian M. (Orgs.) *Ensinando Fronteiras*. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2021.
- FONT, Joan N.; RUFÍ, Juan V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006
- FROELICH, Cátia C. P. *A fronteira no ensino básico de geografia: políticas nacionais e práticas situadas*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2021
- GRUPO RETIS. *Atlas continental da fronteira continental brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ/CNPq, 2001
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- _____. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Buenos Aires: CLACSO, 2021
- HEPPLE, Leslie. The revival of geopolitics. *Political Geography Quarterly, Supplement to Vol. 5*, n. 4, 1986



- KAROL, Eduardo. Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012). Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2013
- LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988 [1976]
- MARTINS, H. Time and History in Sociology. In REX, J (org): Approaches to Sociology, An Introduction to major trends in British sociology. Routledge & Keagan Paul, London: 1974.
- MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. Brasil: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975
- MIGNOLO, Walter. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. Revista Lusófona de Educação, 48, 2020
- MIN/RETIS. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: IICA-OEA / Ministério da Integração Regional, 2005.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. Perspectivas, 4, 1981
- NOVAES, André R. A Geopolítica pelas Imagens, *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 6 | 2015, Disponível em <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1722>
- NUNES, Juliana & FONSECA, Antonio Angelo Martins da. “Cooperação e coesão territorial no pacto federativo brasileiro: potencialidades e limites a partir de estratégias cooperativas intermunicipais nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro”. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da.; SILVA, G. de V. (Orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 287-304 DOI 10.21507/9788563800367-18
- Ó TUATHAIL, Geraóid. Critical geopolitics: the politics of writing global space. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996
- Ó TUATHAIL, Geraóid; DALBY, Simon. Rethinking geopolitics. London: Routledge, 1998.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola*, Polis [En línea], 41, 2015. Disponível em <http://journals.openedition.org/polis/11027>
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 [1980]
- REGO MONTEIRO, Lício Caetano do. Linhas cruzadas no resgate da geopolítica pós-anos 1970. Revista Geonorte, Edição Especial 3, v. 7, 2013
- _____. Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana. Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 2014
- _____. Linhas cruzadas: a geografia política e a geopolítica no século XX no Google Ngram Viewer e o debate no Brasil. In: A. Rückert, A. C. P. Silva; G. V. Silva. *A integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas*. Porto Alegre: Letra1, 2018
- REVISTA GEONORTE, volume 4, número 12, 2013
- RODRIGUES, Juliana N.; REGO-MONTEIRO, Lício. III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: interfaces, pluralidade e renovação de um campo. *Revista Brasileira de Geografia*, 63, v.2, 2018
- RODRIGUES, J. N.; REGO-MONTEIRO, L. C. (org.) Crise e reinvenção dos espaços da política. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- RÜCKERT, Aldomar; SILVA, Augusto C. P.; SILVA, Gutemberg V. A integração sul-americana e a inserção das regiões periféricas. Porto Alegre: Letra 1, 2018
- SAID, Edward. Orientalismo. O Oriente como invenção do ocidente. São Paulo : Companhia das Letras, 1990 [1978].



SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005 [1994]

SILVA, Augusto Cesar P. Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas, organizado por Augusto Cesar P. da Silva. Rio de Janeiro: Gramma, 2016

SILVA, Gutemberg; THERY, Hervé. Geografia Política e Geopolítica Brasileira no século XXI. *L'Espace Politique*, n. 31, 2017

SILVA, Márcia da; DORFMAN, Adriana. Editorial: a Geografia Política se faz presente. *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia* (ANPEGE), v. 16, n. 30, 2020

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: A luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teo-ria geográficas. *Ambientes Revista de Geografia e Ecologia Política*, v.2, n.1, 2020.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I. E. Castro et al. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2ª ed., 1935

VESENTINI, José William. *A capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios negros em Porto Alegre, RS (1800-1970) [livro eletrônico]: geografia histórica da presença negra no espaço. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2021

VLACH, Vânia. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros, *Terra Brasilis* [Online], 4 - 5, 2003 Disponível em <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/359>

WALKER, R. B. J., *Inside/outside: relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Apicuri/PUC-Rio, 2013 [1993]

COMO CITAR ESTE TRABALHO

DORFMAN, Adriana; REGO-MONTEIRO, Lício Caetano do. A geografia política brasileira em diálogo: perspectivas no século XXI. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 21, n. 2, p. 305-318, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2025.92343>. Acesso em: DD MMM. AAAA.